

Nota Pública:

Entidades processarão o Estado de São Paulo por ato de tortura contra pessoa em situação de rua.

EDUCAFRO BRASIL, Centro Defesa dos Direitos Humanos Pe. Ezequiel Ramin, Pastoral de Rua da Arquidiocese São Paulo e Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, entidades reconhecidas pela defesa dos direitos humanos, vêm a público expressar seu mais veemente repúdio diante de um chocante ato de violência policial ocorrido recentemente.

No último dia 5 de junho, na Vila Mariana, em São Paulo, um vídeo divulgado nas redes sociais expôs a ação desumana de policiais militares contra um homem negro em situação de rua. A gravação mostra o indivíduo tendo os pés e as mãos amarrados com uma corda e depois arremessado em uma maca e colocado à força dentro de uma viatura policial. Durante todo o episódio, o homem emite gemidos de dor e, ao ser colocado no porta-malas do veículo, suplica por calma, afirmando estar cooperando. Este ato de tortura, humilhação e violência extrema é repugnante e nos remete à triste herança de nosso regime escravista, cuja cultura de desumanidade ainda persiste em nossa sociedade. A lamentável semelhança com o caso de Genivaldo de Jesus, cidadão negro brutalmente assassinado por agentes da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe, também não pode ser ignorada. Nem mesmo a atitude de não reação do cidadão atacado pelos policiais foi suficiente para deter a investida ilegal dos agentes da polícia. Provavelmente, se não fosse pela filmagem do incidente, o desfecho teria sido ainda mais grave. Isso reforça a importância da sociedade em **filmar livremente, documentar e divulgar** casos de violência policial ou perpetrados por outros agentes públicos ou privados contra a população negra e pobre deste país. Além disso, é preocupante que o cidadão que registrou os fatos tenha sido forçado de forma ameaçadora a acompanhar a Polícia Militar e até a revelar o seu próprio endereço, o que o deixou em situação de total vulnerabilidade. Tal conduta demonstra a urgência de garantir a segurança e a proteção daqueles que têm coragem de expor tais abusos.

O diretor executivo da EDUCAFRO, Frei David Santos, questiona o tratamento diferenciado dado pelas autoridades aos economicamente poderosos: "Este irmão negro, ao roubar algo de um supermercado para saciar sua fome ou comprar drogas, merecia ser violentamente torturado? Por que os policiais não dispensam o mesmo tratamento aos crimes cometidos por indivíduos de poder econômico, muitas vezes envolvendo delitos gravíssimos e sem a justificativa da necessidade?".

O Padre Julio Lancelotti, um dos líderes da iniciativa, ressalta que a violência contra a população em situação de rua é recorrente e nunca pode ser banalizada. "Precisamos reagir com a máxima energia contra esse ato claro de tortura e

desumanidade, exigindo mudanças efetivas e urgentes na política de segurança pública do Estado de São Paulo. Isso não pode ser ignorado".

As entidades signatárias desta nota reafirmam seu compromisso em defender os direitos humanos e lutam incansavelmente por uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, decidiram ajuizar conjuntamente uma ação civil pública em que será solicitada uma indenização por danos morais coletivos do Estado no valor de 500 milhões de reais, quantia a ser integralmente revertida em favor de políticas públicas para a população vulnerabilizada, além da implementação de medidas que incluirão, no mínimo, os seguintes elementos: a utilização de câmaras corporais por todos os policiais durante suas atividades, as quais deverão permanecer ligadas, a revisão do manual de uso da força da Polícia Militar com participação popular, a criação de conselhos e ouvidorias comunitárias para monitorar as atividades dos policiais, o afastamento imediato de agentes envolvidos em casos de violência e a implementação de um programa executivo obrigatório com a revisão de todos os procedimentos da Polícia Militar de São Paulo, garantindo sua conformidade com os princípios dos Direitos Humanos.

Expressamos nossa solidariedade ao homem em situação de rua agredido e ao cidadão brasileiro que teve a grandeza de filmar todo o ocorrido, reafirmando nosso compromisso em defender a justiça social e a igualdade de direitos. Não mediremos esforços na luta contra a violência policial e em prol da construção de uma sociedade mais justa, na qual todos sejam tratados com respeito e dignidade.

Assinam esta nota pública:

- EDUCAFRO BRASIL
- Centro Defesa dos Direitos Humanos Pe. Ezequiel Ramin
- Pastoral de Rua da Arquidiocese São Paulo
- Observatório da Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga